



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6184 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: ESTADO DA ARTE

Loriane Tribek Brandalize - UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa - Campus Uvarana

A VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: ESTADO DA ARTE

INTRODUÇÃO

As discussões entorno da valorização docente são históricas e se intensificaram a partir da Constituição Federal (1988) e a LDB (1996), propondo políticas de valorização e dando espaço à criação de novos documentos normativos, que norteiam a carreira do professor até os dias atuais.

De acordo com o conceito de valorização docente que adotamos, percebemos que o debate sobre a valorização, engloba vários elementos, que juntos, almejam melhorias na estruturação da carreira docente. Conceituamos a valorização docente, com base nos estudos de Grochoska (2016, p.2):

[...] a valorização do professor é um princípio constitucional que se efetiva por meio de um mecanismo legal, chamado carreira, que se desenvolve por meio de três elementos: a) Formação, b) condições de trabalho e c) Remuneração, tendo como objetivos a qualidade da educação e a qualidade de vida do educador.

Compreendendo a relevância da valorização na carreira do profissional docente, o presente trabalho expõe uma revisão das produções acadêmicas sobre a temática. Temos como objetivo analisar os estudos que vêm sendo desenvolvidos no campo acadêmico referente à valorização do professor.

Esse conteúdo é parte da pesquisa do mestrado, que está em desenvolvimento desde o ano de 2019 e vem discutindo a valorização docente, com ênfase na hora-atividade.

MÉTODO

Com o intuito de verificar os conhecimentos já produzidos no campo acadêmico, no que se refere à valorização docente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, e no Portal de Periódicos CAPES/MEC, com o descritor “valorização docente”. Utilizamos o recurso “refinar resultados”, designando as buscas para a área da Educação, produzidas no período correspondente aos anos de 2012 a 2019, e com as palavras entre aspas.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Ponderando a importância da valorização na carreira do profissional docente, para a permanência e atratividade dos mesmos, acreditamos na relevância do desenvolvimento de pesquisas sobre a temática. Assim, realizamos um mapeamento das produções, a fim de verificar as discussões que vêm sendo realizadas no campo acadêmico.

Apresentamos os resultados obtidos, com o descritor “valorização docente”:

Tabela 1 – Total de teses, dissertações e artigos sobre “valorização docente” (2012-2019)

Categoria	Quantidade de trabalhos encontrados	Quantidade de trabalhos selecionados para análise
Tese	11	2
Dissertação	48	6
Artigo	36	1
Total	95	9

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES/ Portal de Periódicos CAPES/MEC (2020). Organizado pela autora.

Posterior a este levantamento, julgamos importante a organização dos trabalhos selecionados, em categorias, de acordo com seu objeto de estudo, a fim de verificar os elementos que compõem a valorização docente nas pesquisas. Foram classificadas em 3 categorias, como evidenciamos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Categorização das teses, dissertações e artigos sobre valorização docente (2012-2019)

Categorias	Autores	(Qt.)
Estatutos e Planos de carreira	Paz (2014); Thomazini (2016); Sobzinski (2015)	3
Políticas de valorização docente	Rodrigues (2013); Volsi (2016); Imhof (2016); Piolli (2015)	4
FUNDEB	Brand (2013); Luhm (2018)	2
	Total:	9

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Portal de Periódicos CAPES/MEC. Organizado pela autora (2020).

Analisando os trabalhos selecionados, partimos da categoria estatutos e planos de carreira, com os estudos realizados por Paz (2014); Sobzinski (2015) e Thomazini (2016), os quais focam suas análises nestes documentos, especificamente em alguns municípios de São Paulo e do Paraná. Consideram a existência dos estatutos e planos de carreira, como componentes do processo de políticas de valorização docente.

A organização dos planos de carreira, possui embasamento na Resolução nº 2, de 2009, que fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, concomitante com outros documentos e leis. Dentre as questões que devem compor os planos de carreira, destacam-se: “[...] seu vencimento inicial básico e os níveis de vencimentos ao longo da carreira; como se dará a sua progressão ao longo da carreira; de quanto será a sua jornada de trabalho; as políticas de formação continuada realizadas durante a carreira; [...]” (SOBZINSKI, 2015, p. 31).

Após a análise dos documentos denominados estatutos e planos de carreira docente, Paz (2014), Sobzinski (2015) e Thomazini (2016) constataram que os mesmos, deixam de cumprir com algumas recomendações constitucionais, colaborando com o processo de desvalorização dos profissionais docentes nos municípios estudados.

Na categoria políticas de valorização docente, trazemos as produções de Rodrigues (2013); Volsi (2016); Imhof (2016); Piolli (2015). As autoras, Imhof (2016) e Volsi (2016) realizam considerações referentes à influência do neoliberalismo e de organismos internacionais no âmbito da educação. De acordo com Imhof (2016, p. 28) “[...] a educação, para o neoliberalismo, exerce papel central no novo estágio do capitalismo internacional, pois constitui-se em fator determinante para o desenvolvimento econômico de um país. [...]”.

Rodrigues (2013) buscou compreender as principais políticas de valorização asseguradas na rede municipal de ensino de Chapecó, focando nas categorias: formação, carreira e salário. O autor verificou que o município não apresenta propostas referentes à formação inicial e continuada dos docentes e que faltam políticas de valorização ao longo da carreira, no que se refere a um incremento salarial.

Piolli (2016), em seu artigo, faz breves considerações sobre políticas educacionais e às metas do novo Plano Nacional de Educação, no que se refere à valorização docente, destacando as metas 15,16,17 e 18, organizados em um dossiê. Traz dados de que, em 2014, a Lei Nacional do Piso era cumprida somente em 7 estados brasileiros, deixando de se efetivar, de forma íntegra, nos demais 14 estados, principalmente no que se refere ao cumprimento da hora-atividade, conforme monitoramento realizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE). De acordo com o autor, “o novo PNE, promulgado através da Lei 13005/2014, apresenta metas direcionadas ao problema, muitas delas frutos da atuação e dos debates travados por ocasião das Conae(s) e em diversos fóruns regionais. [...]” (PIOLLI, 2016, p. 483).

Brand (2013) e Luhm (2018) tratam da categoria relativa à política de financiamento da educação básica, denominado FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação). Realizam uma abordagem histórica das políticas de financiamento na educação, abordando os processos de elaboração, para posteriormente estabelecerem relações e análises de sua aplicação em municípios específicos, sendo respectivamente um município do Norte do RS e no município de Céu Azul/PR.

Os autores buscam perceber o impacto do financiamento sobre as políticas de valorização docente e na qualidade da educação nos mesmos. Para Brand (2013, p. 20), “[...] o financiamento em si pode ser entendido como uma Política Pública, com potencial de indução de outras políticas, entre elas, por exemplo, a de controle social, a qualidade educativa e a valorização docente.”

CONCLUSÕES

O presente estudo, teve como finalidade, realizar um mapeamento, assim como análises das produções acadêmicas que vem sendo produzidas, referentes à valorização docente.

Através dos dados apresentados na tabela 1, referente aos estudos encontrados sobre a “valorização docente”, consideramos que é um campo de investigação ainda pouco explorado, tendo em vista que as lutas pela conquista da mesma são históricas e constantes em todo território brasileiro.

Mediante as categorias criadas, é possível perceber, que a valorização docente, está associada a vários elementos. Na ocasião, elencamos a criação de estatutos e planos de carreira, desenvolvimento de políticas de valorização docente e investimentos com financiamentos, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Notamos que a existência de políticas educacionais, assegurando a valorização docente, não garantem o seu cumprimento em todas as esferas, sejam elas municipais ou estaduais. Com isso, torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas científicas, proporcionando ao pesquisador, o contato com realidades educacionais, para a realização de análises que vão além da teoria.

Percebemos a importância e a relação da aplicação dos recursos do FUNDEB, com as políticas de valorização docente, assim como, para a melhoria da qualidade da educação.

Os apontamentos realizados possuem grande relevância, para a criação de um panorama geral, referente à valorização do professor no Brasil, assim como, pela escassez de estudos, deixam lacunas para a realização de novas pesquisas.

PALAVRAS-CHAVE: Valorização docente. Políticas educacionais. Produção acadêmica.

REFERÊNCIAS

BRAND. Paulo Rogério. **Papel do FUNDEB na educação pública de um município do norte do RS:** impactos na qualidade do ensino e valorização dos profissionais da educação. 2013a. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.>. Acesso em: 10 fev.2020.

CAPES/MEC - **Catálogo de Teses e Dissertações Capes.** Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>> Acesso em: 15 out. 2019.

CAPES/MEC- **Portal de Periódicos.** Disponível em:< <https://www.periodicos.capes.gov.br/>> Acesso em: 05 nov. 2019.

IMHOF. Éden Luciana Böing. **Políticas públicas de valorização da profissão docente no Brasil:** avanços e contradições em seus processos de materialização. 2016a. 92f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da**

educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 fev.2020.

LUHM. Daiana Cristina. **Política de valorização dos profissionais da educação:** dimensões do financiamento da educação básica no município de Céu Azul no Paraná (2009 - 2016). 2018a. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE.

PAZ. Fábio Mariano da. **Estatutos, planos de carreira e valorização do magistério público:** um estudo dos municípios sedes das regiões administrativas do estado de São Paulo. 2014a. 294f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP).

Presidente Prudente.

PIOLLI, Evaldo. **A valorização docente na perspectiva do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Caderno Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 483-491, set./dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00483.pdf>. Acesso em: 08 de out. 2019.

RODRIGUES, Diego Palmeira. **Políticas de valorização docente na rede municipal de ensino de Chapecó: um estudo da legislação pós Constituição Federal de 1988**. 2013a. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC).

SOBZINSKI, Janaína Silvana. **Valorização dos professores: análise dos planos de carreira de municípios do Paraná**. 2015a. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

THOMAZINI, Leandro. **Carreira e vencimento de professores da educação básica no estado de São Paulo**. 2016a. 249f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo.

VOLSI, Maria Eunice França. **As políticas de valorização de professores da educação básica no Brasil pós-Constituição Federal de 1988**. 2016a. 2013f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.